

Manifestações dão um basta ao governo FHC

Dia 25 de julho, terça-feira, o Brasil vai realizar manifestações contra a miséria que cresce a cada dia no Brasil. É o Dia do Basta, organizado pelo Fórum Nacional de Luta por Terra, Trabalho, Soberania e Cidadania, pela Central Única dos Trabalhadores, pelo Partido dos Trabalhadores e diversas entidades da sociedade.

“É o momento de cada um manifestar sua indignação contra o governo FHC e a corrupção que tomou conta do país, contra as negociações e o tráfico de influência que virou norma no primeiro escalão do governo”, afirma o presidente nacional do PT, José Dirceu, para quem a manifestação é um apoio importante à convocação da CPI.

Também será o Dia do Trabalhador Rural, quando sem terra e agricultores realizam atos em vários pontos do Brasil. É a resposta da população ao governo que transformou o País em uma banca de negócios de tráfico de influência.

“Essa manifestação pode representar um basta verdadeiro a essa política econômica perversa e uma denúncia contra os escândalos de corrupção. É importante jogar todo peso e o comparecimento massivo. Vamos botar o descontentamento para fora e nos mobilizarmos”, declara o deputado federal

José Genoino (PT-SP).

CPI da Corrupção

A líder do PT no Senado, Heloísa Helena (AL), ressalta que as manifestações serão essenciais para as apurações do escândalo de desvio de R\$ 169 milhões das obras do Fórum Trabalhista em São Paulo.

“Queremos formar a CPI para apurar a responsabilidade de FHC nessas denúncias. Essa CPI depende dessas manifestações”, afirmou a senadora, que entende ser fundamental o Dia do Basta para dar uma demonstração de indignação contra o governo. Ela considera que FHC e seu grupo neoliberal se transformou em um “laboratório de reprodução em massa de tráfico de influência”.

Sem terra

Terça-feira também é o Dia do Trabalhador Rural. Gilberto Portes, um dos coordenadores nacionais do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), diz que estão sendo organizadas manifestações em vários pontos do País. Nesse dia, o MST pretende realizar um debate com a população sobre a mudança do modelo econômico para a agricultura e para levantar propostas para a reforma agrária.

“Tanto o trabalhador da roça como o da cidade vivem

uma encruzilhada. Passam pela pior crise histórica desse país, com FHC e seu grupo palaciano, que representam a destruição total dos direitos dos trabalhadores. Mas é também um momento privilegiado para os trabalhadores fazerem manifestações, pois há um sentimento generalizado de indignação. Costumamos dizer que a luta pela terra começa na roça mas se determina na cidade, onde está a maioria da população. É uma relação direta entre cidade e campo”, afirmou Portes.

Políticas públicas

Na cidade, aqueles que lutam por moradia também darão um basta. A União dos Movimentos de Moradia (UMM), em São Paulo, dará início à campanha contra a corrupção que tomou conta do país. Para a coordenadora da UMM, Evaniza Rodrigues, “é fundamental fazer a ligação entre o descalabro nacional e a questão local”. De acordo com Evaniza, as políticas públicas sociais são as mais prejudicadas com os desvios de recursos por meio da corrupção. “Desvio de dinheiro significa, menos hospitais, escolas, menos moradia, ou seja, quanto mais corrupção, menos habitação”, denuncia.

PT quer CPI para TRT

A proposta da criação de uma CPI do TRT está ganhando corpo. Os líderes da oposição já começam a colher assinaturas para a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito que deve apurar o suposto envolvimento do ex-secretário da presidência da República, Eduardo Jorge Caldas, na liberação de verbas para a obra superfaturada do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Foram desviados recursos da ordem de R\$ 169 mi do Orçamento da União.

A Comissão Representativa do Congresso Nacional rejeitou na quarta-feira, dia 19, os três requerimentos de convocação apresentados pela oposição que solicitavam o depoimento do ex-secretário da presidência da República. Os requerimentos que pediam a convocação do atual ministro do Planejamento, Martus Tavares e do ex-ministro, Andrea Calabi, também foram rejeitados. Todas as solicitações foram relatadas pelo senador

Carlos Patrocínio (PFL-TO), que deu parecer contrário aos convites e a Comissão, que reúne deputados e senadores durante o recesso parlamentar, acatou o parecer do relator. Com a rejeição da convocação destes envolvidos no escândalo, o PT centra esforços no pedido de instalação da CPI.

Embora tenha a recusa de lideranças governistas, o pedido de CPI já começa a receber apoio de parlamentares aliados ao governo. “O comportamento do governo em negar a convocação da CPI revela seu pavor de que as investigações cheguem ao presidente FHC”, avalia o presidente nacional do PT, deputado José Dirceu (SP).

Queda de dominós

O ex-secretário da presidência da República é hoje a peça chave que contém o mapa da entrada pela porta da frente do gabinete da presidência da República. Eduardo Jorge pôs FHC novamente sob

suspeita (ver box pág. 3), ao vinculá-lo ao escândalo da obra inacabada do Fórum Trabalhista de São Paulo; o mesmo crime que levou à cassação inédita de um senador, Luiz Estevão (PMDB-DF), e à prisão de um juiz, Nicolau dos Santos, que encontra-se foragido.

O PT não exitou diante das denúncias que se multiplicavam na imprensa, e sugeriu a convocação extraordinária do Congresso, que encontra-se em recesso, requereu o depoimento de Eduardo Jorge e anunciou o pedido de instalação de uma CPI para apurar as responsabilidades sobre as liberações de verbas para a obra. Para a líder do PT no Senado, Heloísa Helena, Eduardo Jorge é “parte íntima de uma estrutura podre mantida pelo governo federal que leva a um pacto de impunidade mantido ferozmente pela bancada governista para impedir a apuração das denúncias”.

(Continua na página 3)

O Brasil piorou na era FHC

Temos de dar um basta ao Brasil cada vez mais miserável, obra do governo federal. Desde que FHC assumiu a Presidência, em 1995, a dívida interna líquida pulou de 20,7% do PIB para quase 40% no ano passado e o endividamento externo passou de US\$ 148 bilhões a US\$ 235 bilhões.

A menina dos olhos de FHC, as privatizações, anunciadas como a tábua de salvação, se revelou em um completo fracasso. Empresas estatais que sempre deram bons resultados e figuravam entre as maiores do mundo em seus setores, como a Embraer e Vale do Rio Doce foram vendidas a preço de banana. Um patrimônio do povo brasileiro que passou para as mãos do capital internacional.

Remessas de lucros

E por falar em entregar a riqueza do Brasil, no governo FHC as remessas de lucros, que eram de US\$ 750 milhões em 1995, já estão perto de US\$ 8 bilhões, por ano. A sangria do País é dez vezes maior. Mas o governo não quer parar: tenta de todas as formas privatizar as empresas estatais, símbolo do desenvolvimento nacional, como a Petrobras e o Banespa. FHC não quer saber que empresas que antes eram públicas, agora prestam piores serviços como a Companhia Energética do Ceará (Coelce), que depois de privatizada já recebeu

mais de 330 mil reclamações de clientes.

Regressão

O sistema elétrico brasileiro regrediu com as privatizações: os controladores privados das antigas estatais, ávidos por lucros, não fizeram os investimentos previstos para a expansão da capacidade, comprometendo seriamente a confiabilidade do sistema. Por causa disso, o risco de déficit saltou dos 5% com que trabalhava o sistema público, para mais de 15%. Outro efeito nefasto da privatização das empresas de eletricidade foram as tarifas, que antes eram acessíveis até para a população mais pobre e hoje estão entre as mais caras do mundo. Na Educação, o governo FHC conseguiu equiparar o Brasil aos países mais pobres do mundo. Mesmo sabendo que as universidades públicas são as que produzem mais pesquisas científicas, FHC deixa essas instituições, algumas entre as mais conceituadas do mundo, morrerem à míngua por falta de investimentos públicos.

Falência

O sistema público de saúde se tornou sinônimo de falência, que o digam os brasileiros que ficam nas filas para conseguirem marcar hora para serem atendidos, não se sabe quando. Hospitais

superlotados e com pacientes nos corredores são cenas comuns na TV. O brasileiro, que tem um dos piores sistemas de saúde do mundo, fica pelo menos dez dias afastado de seu trabalho – quando tem – por causa de problemas de saúde. O mais grave é que ficar doente nesse país pode significar a morte para quem não tem um seguro saúde privado.

FHC faz de conta que não existem mais de 12 milhões de brasileiros desempregados; que há cinco anos os funcionários públicos federais não têm reajuste de salário; que o salário mínimo pago no país é um dos menores do mundo, abaixo mesmo de países pobres como o Paraguai; e que os índices de mortalidade infantil e de analfabetismo cresceram durante seu governo.

Apesar de divulgar que está fazendo a reforma agrária, FHC conseguiu levar à falência 900 mil propriedades rurais, transformando seus donos e famílias em milhares de sem terra que hoje lutam por um Brasil melhor. Por isso é pouco o fato do governo assentar 160 mil famílias, enquanto cada vez mais os trabalhadores do campo são levados para a miséria. Hoje existem no Brasil 4,8 milhões de famílias de sem terra.

Por tudo isto e muito mais, está na hora de darmos um basta ao governo FHC.



FHC faz de conta que não existem mais de 12 milhões de brasileiros desempregados; que há cinco anos os funcionários públicos federais não têm reajuste de salário; que o salário mínimo pago no País é um dos menores do mundo, abaixo mesmo de países pobres como o Paraguai; e que os índices de mortalidade infantil e de analfabetismo cresceram durante seu governo.

Dia do Basta em São Paulo começa no prédio do TRT

O PT, em conjunto com o Fórum Nacional de Luta por Terra, Trabalho, Cidadania e Soberania, CUT e outras entidades da sociedade civil realizam na terça-feira, com o apoio da população, o Dia do Basta. A programação divulgada para este dia, na cidade de São Paulo, prevê concentração às 10h em frente à

obra inacabada do Tribunal Regional do Trabalho (TRT). A caminhada deve encerrar-se com ato político em frente à prefeitura de São Paulo, às 14h.

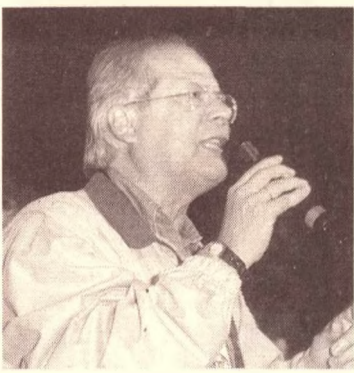
Haverá ato político em frente ao “monumento ao desperdício” do TRT, que fica à Rua Marquês de São Vicente, próximo ao metrô

Barra Funda. A caminhada deve encontrar-se na Praça da Sé, no centro de São Paulo, com o Movimento de Moradia, para então continuar a manifestação até o Parque D. Pedro.

As principais lideranças e parlamentares do PT deverão acompanhar as atividades em todo o país.

RECADADO

Barbosa Lima Sobrinho



No mês de janeiro fiz questão de solicitar à nossa Bancada e ao líder José Genoíno a cessão de um tempo do Grande Expediente, no Plenário da Câmara, para render homenagem a Barbosa Lima Sobrinho, por ocasião de seu aniversário de 103 anos de idade no dia 22 daquele mês.

Uma homenagem a este cidadão brasileiro, advogado, jornalista, ensaísta, historiador, professor e político. Nascido no final do século passado, Barbosa Lima Sobrinho é um exemplo para todas as gerações de brasileiros.

Em 1917 era adjunto de promotor. Queria e ia ser professor, atraía-lhe o magistério. Mas a indignação e a defesa da moral e da ética na vida pública já traçavam a personalidade de Barbosa Lima Sobrinho. Um concurso público foi cancelado e um juiz foi nomeado professor em seu lugar.

Deixou Recife e foi para o Rio de Janeiro, onde iniciou a sua carreira histórica e inigualável de jornalista no "Jornal do Brasil", onde escreveu até recentemente. Barbosa Lima Sobrinho presidiu a Associação Brasileira de Imprensa nas décadas de 20 e 30 e de 1978 até os dias atuais. Foi deputado federal e líder de sua Bancada entre 1935 e 1937. Em 1937 ingressou na Academia Brasileira de Letras e foi seu presidente em 1953 e 1954. Foi deputado

constituente em 1946; de 1938 a 1945, presidente do Instituto do Alcool e do Açúcar. Em 1948, foi eleito governador do Estado de Pernambuco. Foi deputado Federal de 1959 a 1963 pelo Partido Socialista Brasileiro, último cargo eletivo que ocupou.

Apesar de ser um crítico do Governo João Goulart, opôs-se desde o primeiro momento ao Golpe Militar de 64. Lutou contra a censura, contra a tortura e contra a supressão das liberdades democráticas. Em 1973, quando parecia que o Brasil não se opunha à ditadura militar, para levar um silêncio no país, imposto pelos anos de terror da era Médici, Barbosa Lima Sobrinho, com 76 anos de idade, aceitou ser vice-presidente na chapa que Ulysses Guimarães encabeçou contra a candidatura de Ernesto Geisel. Na verdade, uma anticandidatura para levantar o País contra a ditadura militar, para levar ao País a mensagem democrática.

É bom recordar que o povo brasileiro ouviu Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho. Nas eleições de 1974, apesar de todo o controle político que a ditadura exercia sobre o país, o povo derrotou a Arena, naquela jornada inesquecível, elegendo 16 Senadores da oposição em todo o país. E todos nós sabemos, não fosse o "Pacote de Abril", em 1978, a ditadura militar teria sido derrotada no Brasil. Mas Barbosa Lima Sobrinho continuou na vida pública brasileira.

Sem cargos eletivos ou administrativos, foi o primeiro brasileiro a assinar o pedido de impeachment contra o ex-presidente Fernando Collor de Mello que a Câmara recebeu, no Salão Verde, por intermédio

de delegação encabeçada por esse exemplo de cidadão brasileiro.

Nesta década, Barbosa Lima Sobrinho esteve à frente da luta contra o neoliberalismo e as privatizações e apoiou a defesa da Vale do Rio Doce, como havia apoiado a Usiminas. Barbosa Lima Sobrinho declarou, em entrevista à imprensa brasileira, que votou na chapa Lula/Brizola, em 1998, para orgulho de todos nós que apoiamos e fizemos a campanha "Muda Brasil".

Em novembro do ano passado tivemos a honra de contar com a assinatura de Barbosa Lima Sobrinho no Manifesto em Defesa do Brasil. Entre outros, assinaram-no governadores, parlamentares, lideranças dos partidos de esquerda, personalidades, artistas, intelectuais, empresários, militares da reserva. E estamos levando-o por todo o país. De certa forma, a vida de Barbosa Lima Sobrinho confunde-se com a vida do Brasil, do nosso país, da nossa Pátria, da nossa Nação. Seus principais escritos dizem respeito ao Brasil: "Estudos Nacionalistas"; "Hipólito da Costa, pioneiro da independência do Brasil"; "A questão da remessa de juros"; "A máquina de transformar cruzeiros em dólares"; "Desde quando somos nacionalistas"; "Pernambuco - da independência à Confederação do Equador"; "Japão - o capital se faz em casa".

Lembro que Barbosa Lima Sobrinho governou Pernambuco. Barbosa Lima Sobrinho se inspirou em grandes nacionalistas: Hipólito da Costa, que dirigiu o "Correio Braziliense" de 1808 a 1812 e defendeu a independência, desde

Londres; Oliveira Viana; o jornalista Evaristo da Veiga, homens que sempre sonharam com um Brasil livre e independente.

Podemos dizer que Barbosa Lima é o responsável pela Associação Brasileira de Imprensa. Foi ele seu principal sustentáculo, o inspirador, o unificador.

Na qualidade de deputado, depois da Segunda Guerra Mundial, apesar de sempre se opor às idéias comunistas, votou contra a cassação do Partido Comunista do Brasil e dos seus deputados constituintes. Homem popular, admirado pela juventude, pelo povo, foi enredo no carnaval, quando a escola de samba União da Ilha prestou-lhe grande homenagem.

Todos nós que estamos vivendo este final de milênio e de século, que acompanhamos a vida política brasileira na última metade deste século, podemos dizer que Barbosa Lima Sobrinho foi, antes de mais nada, o próprio Brasil.

Este é Barbosa Lima Sobrinho, exemplo para todas as gerações de brasileiros. Barbosa Lima Sobrinho é um exemplo para todos os nossos concidadãos, para os nossos filhos e para as próximas gerações. Em meu nome e em nome do Partido dos Trabalhadores, deixo registrada nossa homenagem a este grande brasileiro, Barbosa Lima Sobrinho, e também o nosso compromisso de continuarmos a luta em defesa do Brasil.

José Dirceu, é presidente nacional do Partido dos Trabalhadores e deputado federal/SP

O Brasil privatizado perde Biondi

Morreu no dia 21 de julho o jornalista Aloysio Biondi, de 64 anos. Ele estava internado no hospital Beneficência Portuguesa com problemas no coração. Aloysio Biondi trabalhava atualmente no site My Web e era colunista do jornal Diário Popular.

Biondi escreveu vários livros, dentre eles, O Brasil Privatizado - Um balanço do desmonte do Estado (Editora Fundação Perseu Abramo), que vendeu mais de 125 mil exemplares e foi indicado para o Prêmio Jabuti de Literatura deste ano.

Para o presidente nacional do PT, deputado federal José Dirceu, "o Brasil perde um patriota, combatente da democracia e um de seus melhores jornalistas". Para o deputado, o país não poderia receber pior notícia nesse momento. "Temos uma luta em defesa do Brasil, contra a corrupção e que exige a

presença de todos aqueles que, como Aloysio Biondi, antes de mais nada amam o Brasil", afirmou Dirceu.

Com 44 anos de profissão, Aloysio Biondi era colaborador de vários jornais e revistas. Começou na Folha de S. Paulo em 1956, como editor-executivo do caderno de Economia. Foi secretário de redação do jornal e também da Gazeta Mercantil. Ocupou o cargo de diretor de redação do Jornal do Comércio (SP) e Diário do Comércio e Indústria (SP). Também foi editor de economia das revistas Veja e Visão e o primeiro editor brasileiro de mercado de capitais na revista Veja e do jornal Correio da Manhã. Foi diretor editorial do grupo DCI/Shopping News. Ganhou dois Prêmios Esso de Jornalismo Econômico (em 1997 pela revista Visão e em 1970 pela revista Veja).

Sobrinho: paradigma para gerações futuras

"A igualdade é pressuposto básico da democracia que, sem ela, não tem condições de sobreviver"

(Barbosa Lima Sobrinho)

Barbosa Lima Sobrinho faleceu no Rio de Janeiro, aos 103 anos de idade, no último dia 16 de julho. Era presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e membro da Academia Brasileira de Letras (ABL).

Para o deputado federal petista José Genoíno (SP), a morte de Barbosa Lima Sobrinho "é uma perda para o Brasil". O líder petista destacou a "coerência e dignidade" do jornalista que "simboliza o ideal de um Brasil soberano e justo". "Barbosa Lima Sobrinho é um paradigma para as gerações futuras", declarou o deputado.

"O Brasil ficou mais pobre com a morte dele, um lutador coerente e defensor das causas populares", declarou o secretário-geral do PT, deputado federal Arlindo Chinaglia (SP), que destacou suas posições contra o neoliberalismo e a retidão de caráter.

"Ele deixa uma lacuna mas ao mesmo tempo acende uma esperança de resistência contra o processo de esfacelamento do país", declarou o deputado federal Fernando Ferro (PT-PE). "Foi um brasileiro que honrou o País, com um vida digna e engajada", disse a deputada Ester Grossi (PT-RS).

Morre Raimundo Teixeira, um dos fundadores do PT

O PT perdeu no último dia 9 de julho o companheiro Raimundo Teixeira Mendes. Militante, advogado trabalhista radicado no Rio de Janeiro, assessor jurídico de várias entidades sindicais, como telefônicos, processamento de dados e outras, Raimundo integrava o Conselho Jurídico da

CUT e faleceu na cidade do Rio de Janeiro, onde vivia depois de uma luta aguerrida de meses contra um câncer.

Raimundo participou da fundação do PT, no qual foi vice-presidente da Executiva Estadual do Rio de Janeiro. Além das qualidades de militante político - foi preso durante nos anos 70 por

sua luta contra a Ditadura - e um excelente e dedicado profissional, foi também um dos pioneiros do trabalho sindical no Mercosul.

Atuou como um dos representantes da CUT no Subgrupo de Relações Trabalhistas do Mercosul no período de 1992 a 1994, onde, conjuntamente com outros

participantes, desenvolveu intenso trabalho de comparação das legislações trabalhistas dos quatro países do Mercosul. Contribuiu nas discussões da Carta Social e participou do grupo da CUT que formulou o projeto de Protocolo Laboral, que depois deu origem ao texto que veio a se transformar na Declaração Sóciolaboral do Mercosul.

CONJUNTURA

Honestidade faz bem

O povo brasileiro deve estar pedindo a Deus para que FHC não tenha nada a ver com as falcatruas que estão sendo denunciadas, porque vai ser um descalabro para o país ter dois presidentes, em menos de dez anos, metidos em corrupção.

Está documentado e comprovado o desvio de 169 milhões de reais de verbas públicas da União. Corrupção da grossa. Por causa disso, um juiz ex-presidente de Tribunal está foragido e um senador da República foi cassado pela primeira vez. Agora, um homem de confiança por quase 20 anos do presidente FHC, seu caixa de campanha e ex-secretário geral da Presidência, vem a público e revela que o fugitivo número um do país, o juiz Nicolau dos Santos Neto, tinha relações promíscuas com o Palácio do Planalto.

O presidente FHC negou a acusação em nota oficial e declarou à nação que nunca teve nada a ver com isso. Dois dias depois, a imprensa publicou documento da época, assinado pelo próprio FHC, em que ele mandava liberar verbas extras para a obra superfaturada do juiz Nicolau. Os fatos desmentiram a palavra do presidente. A situação é grave.

O Brasil não pode conviver com esse tipo de suspeição sobre a mais alta autoridade do país. Somente uma investigação rigorosa, imediata e profunda pode assegurar total transparência em relação às denúncias.

O Partido dos Trabalhadores tomou a iniciativa para que o Congresso Nacional cumpra o seu papel. Está propondo que o recesso seja suspenso, como prevê o regulamento, e que se instaura uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o envolvimento do presidente FHC na liberação de verbas irregulares para as obras superfaturadas do Fórum Trabalhista de São Paulo.

As contradições evidentes entre as denúncias feitas e as justificativas do governo demonstram que é preciso um instrumento eficaz para as investigações. A CPI é a melhor alternativa na medida em que permite a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico, a convocação de testemunhas, a requisição de documentos e outras ações. O ex-secretário geral da Presidência, que iniciou as denúncias envolvendo o governo, já está fora do serviço público. Uma CPI tem o poder de convocá-lo.

A pior coisa que o presidente FHC pode fazer nessas circunstâncias é tentar abafar as investigações. Quando se rompe a cadeia interna de cumplicidades, e a imprensa, o Ministério Público e o Congresso Nacional cumprem os seus papéis, fatos novos surgem todos os dias, derrubando as versões oficiais e esclarecendo a responsabilidade das autoridades. É o que já está acontecendo.

A desgraça de quem conta uma mentira é que depois tem que passar a vida inteira contando mentiras para se justificar. O melhor seria que o presidente FHC admitisse que errou, pedisse desculpas à nação brasileira e facilitasse as investigações.

No Brasil, tem sido necessário alguém "de dentro de casa" abrir o jogo para que a sociedade tome conhecimento das maracutaías. No caso do Collor, só se chegou à CPI por causa das revelações do irmão do próprio presidente. No caso do Pitta, foram as denúncias da ex-mulher dele. No caso atual, a figura de maior confiança de FHC, seu braço direito.

Além de esclarecer as denúncias, identificar os culpados, julgá-los e puni-los, é preciso que a sociedade exija a devolução do dinheiro público roubado.

É interessante também descobrir em que foram aplicadas as enormes verbas desviadas, fora a notória aquisição de bens pessoais. Foram para caixas de campanhas eleitorais? Beneficiaram quais candidatos?

O corrupto, além de roubar dinheiro público que deveria estar sendo utilizado em obras e serviços para melhorar a vida da grande maioria do povo, destina parte do arrecadado para fazer corrupção eleitoral e colocar no poder políticos comprometidos com essa situação de miséria e injustiça social existente no Brasil.

A sociedade não pode encarar mais esse escândalo como coisa banal, corriqueira, pensando que "isso não tem jeito e sempre foi assim" Tem jeito, sim. Há políticos honestos e partidos comprometidos com a ética e com o bem público. O PT não faz milagres nem é formado por santos. Mas nós temos orgulho de sempre procurar cumprir nossos mandatos parlamentares e administrar governos e prefeituras com honestidade e competência. E é assim que vamos mudar o Brasil.

Luiz Inácio Lula da Silva,

presidente de honra do Partido dos Trabalhadores e conselheiro do Instituto Cidadania.

A edição deste PT Notícias muito nos entristece. Ficamos mais pobres. Perdemos grandes lutadores. Noticiar ausências nos faz pensar naqueles que vivem, ou tentam sobreviver. Os ideais de justiça, solidariedade e democracia continuaremos perseguindo, tendo como exemplo Barbosa Lima Sobrinho, Raimundo Teixeira Mendes, Aloysio Biondi e tantos outros companheiros e companheiras que nos deixaram, mas não antes de nos fazer acreditar que é possível construir a nossa própria história.

PT notícias

Jornal de Divulgação Nacional do Partido dos Trabalhadores

PRESIDENTE NACIONAL DO PT José Dirceu	PAGINAÇÃO ELETRÔNICA Alexandre Machado
SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO Ozeas Duarte	FOTOS Roberto Parizotti
JORNALISTA RESPONSÁVEL Rosana Ramos MTB 19131	ILUSTRAÇÕES Vicente Mendonça
REDAÇÃO Rosana Ramos, Fernanda Estima, Walter Venturini e Claudio Cezar Xavier	SEDE Rua Silveira Martins, 132, São Paulo - SP CEP 01019-000 Tel: (011) 233-1313 Fax: (011) 233-1349
ADMINISTRAÇÃO Ricardo Bilbo e Sonia M. N. Pedroso	e-mail: ptnot@pt.org.br Home page: www.pt.org.br Tiragem: 12.000 exemplares Fotolitos e impressão: Artpress

E S C Â N D A L O

CPI do TRT: quem não deve não teme

Na terça-feira, dia 18 de julho, o PT apresentou à Câmara dos Deputados uma denúncia por crime de responsabilidade contra o presidente FHC, devido à comprovação de assinatura presidencial em liberações de verbas para o TRT. A queixa crime contra o presidente foi a gota d'água para que o Palácio do Planalto abandonasse o argumento do "oportunismo eleitoral", para ameaçar a bancada petista. O líder do governo, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), chegou a ameaçar pedir a cassação do mandato do deputado federal, João Cóser (PT-ES), por quebra de decoro parlamentar. Segundo aliados do governo, Cóser teria sido autor de emenda para

liberar R\$ 18 mi da reserva de contingência da União para a obra do TRT. O vice-líder do PT na Câmara Federal, deputado Walter Pinheiro (BA) acabou demonstrando que Virgílio estava mal informado, ao explicar que Cóser não tem qualquer envolvimento com o escândalo do TRT (ver box).

Em outro ataque, o governo tentou relacionar a bancada petista de São Paulo à dotação orçamentária de 1998, que incluía verbas para a obra do TRT. Contra as argumentações distorcidas do governo para confundir a população, acumulam-se "novos e graves fatos diários na imprensa que devem viabilizar a CPI", conforme avalia o deputado federal

petista, José Genoíno (SP).

Como disse o próprio Cóser, petista ameaçado pelo governo, "não podemos nos intimidar com acusações de FHC que pretende se eximir de culpa imputando-a de maneira espúria à oposição". Para o vice-líder do PT na Câmara Federal, deputado Walter Pinheiro (BA), "se o governo defende a cassação de quem assinou a emenda, está admitindo que a liberação dos recursos foi irregular". Por isso, Pinheiro lançou um desafio ao governo: "Vamos criar a CPI, sair do bate-boca para apurar as denúncias, quebrar o sigilo bancário de todo mundo e descobrir quem se beneficiou, para onde foi desviado o dinheiro".

Ligações perigosas

Em 1º de maio deste ano, enquanto acompanhava as manifestações do Dia do Trabalhador, o presidente nacional do PT, deputado José Dirceu (SP) detinha-se sobre uma notícia do jornal O Globo, que mencionava um disquete em posse de um cientista político em Nova York, contendo o "mapa do poder" no Brasil. Dirceu acreditava que esta poderia ser uma "prova material do crime de compra e venda de votos que confirmaria a distribuição de postos federais pelo presidente Fernando Henrique Cardoso". Segundo a notícia, quem teria subsidiado o professor universitário era o ex-secretário-geral da presidência, Eduardo Jorge

Caldas Pereira. A tese defendida pelo professor mostraria a relação entre a fidelidade parlamentar ao governo e sua premiação com cargos e verbas federais. O ex-brasão direito de FHC começava a colaborar para a rede de suspeitas que pairam sobre o presidente da República.

Pizzaria Planalto

Pouco antes das eleições de 1998, houve a tentativa de divulgação do dossiê Caribe, uma série de papéis sem autenticidade comprovada, que dão conta da existência de uma empresa nas Ilhas Cayman, cujos sócios seriam o presidente Fernando Henrique Cardoso, o governador Mário Covas e os

ministros José Serra e Sérgio Motta (morto em 98). A empresa teria um saldo bancário de US\$ 368 milhões. As investigações cairam no limbo, e os envolvidos na divulgação foram acusados por crime contra a honra do presidente.

As denúncias publicadas em maio de 1999, pela Folha de São Paulo, sobre a participação de autoridades para direcionar o processo de privatização da Telebrás, favorecendo algumas empresas concorrentes, foram a primeira mancha mais importante na "honra" do presidente. Aquela época, o PT e demais partidos de oposição pediram uma CPI mista para investigar a privatização, que foi sufocada pelo governo.

Virgílio tenta desviar rumo das investigações

A ofensiva do líder do governo, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), foi por água abaixo. Na tentativa de implicar petistas nos escândalos que envolvem o governo federal, chegou a dizer que pediria a cassação do deputado federal João Cóser (PT-ES).

No último dia 19 de julho, o vice-líder do PT, deputado Walter Pinheiro (PT-BA), ao prestar à imprensa esclarecimento sobre o Orçamento Geral da União (OGU) de 1997, demonstrou que Cóser não tem qualquer envolvimento com a liberação irregular de recursos para a obra superaturada do TRT de São Paulo. Pinheiro mostrou que o líder do governo está mal informado ao fazer as acusações contra Cóser.

Veja a seguir, passo a passo, a participação de Cóser no processo de elaboração do orçamento da União:

1 – Em 1997, a peça orçamentária que foi enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional não previa como seriam gastos os recursos do Poder Judiciário. Isso aconteceu porque o Judiciário não enviou sua programação de gastos para a SOF (Secretaria de

Orçamento e Finanças) devido a divergência entre os dois Poderes.

2 – Como o Judiciário não apresentou a programação de seus gastos, o Poder Executivo incluiu o valor de R\$ 3,1 bilhão previsto para o Judiciário no OGU, na reserva de contingência e deixou a cargo do Congresso Nacional a especificação detalhada dos recursos (despesa com pessoal, investimento e custeio).

3 – Por conta dessa falha a única forma regimental de especificar o orçamento do Judiciário seria através de emendas de relator. Por isso, o deputado João Cóser, como sub-relator da área, foi obrigado a apresentar 513 emendas, sob pena de o Poder Judiciário ficar sem recursos.

4 – As 513 emendas apresentadas por Cóser tinham o objetivo exclusivo de especificar detalhadamente o orçamento para o Poder Judiciário como obriga a Constituição. Portanto, nenhuma dessas emendas teve interesse pessoal do deputado petista, já que essa era a única forma

regimental de o Poder Judiciário receber recursos orçamentários.

5 – Quando o parecer setorial de Cóser foi votado pela subcomissão, em 5/12/96, o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as obras irregulares ainda não tinha sido encaminhado ao Congresso Nacional. O relatório do TCU só chegou ao Congresso em 17/12/96.

6 – Devido ao atraso no envio do relatório do TCU, foi criada pelo relator-geral do Orçamento, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), uma comissão especial para analisar o relatório de obras irregulares. O deputado João Cóser, mesmo convidado, não participou dessa comissão especial, que foi presidida pela deputada Yeda Crusius (PSDB-RS). A comissão especial indicou a aprovação da matéria e estabeleceu que o Executivo adotasse medidas acauteladoras sobre as obras com suspeita de irregularidades.

7 – Fica claro que todas as emendas que constam desse processo como emendas de relator, inclusive aquelas referentes ao orçamento do TST, tiveram caráter exclusivamente institucional.

Um outro mundo é possível
Fórum Social Mundial 2001

O Fórum Social Mundial, que será realizado de 25 a 30 de janeiro de 2001 em Porto Alegre, foi divulgado na semana passada por José Bové, líder da Confederação Camponesa da França, durante visita a regiões de conflito na Colômbia. Bové, considerado em seu país um símbolo da luta contra a globalização neoliberal, depois que desmontou no ano passado um McDonald's na cidade de Millau e foi preso juntamente com outros companheiros, é um dos convidados que já confirmou presença para falar sobre alternativas ao "pensamento único" nas grandes conferências do evento.

A Conferência de organizações não-governamentais, sindicatos e movimentos sociais realizada em Genebra, Suíça, em junho passado, aprovou a proposta de realização do Fórum Social Mundial e iniciou a formação de um Comitê Internacional de Apoio ao evento com a adesão de mais de 70 entidades. Isso se somou ao Comitê Brasileiro de Apoio que já conta com mais de 30 entidades de representação e atuação em nível nacional.

O Comitê Executivo de Porto Alegre, apoiado pelo Governo do Estado e pela Prefeitura, na condição de

anfitriões, está organizando a infra-estrutura e a logística do encontro. O Comitê de Organização, composto por oito entidades e movimentos (*), está divulgando o Fórum no Brasil e no exterior, fazendo os convites às personalidades e contactando as redes de organizações e movimentos sociais em cada país, que indicarão representantes para participar diretamente do evento.

O Fórum Social Mundial será um novo espaço internacional para a reflexão e a organização de todos os que se contrapõem às políticas neoliberais e estão construindo alternativas para priorizar o desenvolvimento humano e a superação da dominação dos mercados em cada país e nas relações internacionais.

Ele deverá ser realizado todos os anos, a partir de 2001, simultaneamente ao Fórum Econômico Mundial, que ocorre em Davos, Suíça, sempre no final de janeiro. Esse Fórum Econômico tem cumprido, desde 1971, papel estratégico na formulação do pensamento dos que promovem e defendem as políticas neoliberais em todo o mundo. Sua base organizacional é uma fundação suíça que funciona como consultora da ONU e é financiada por mais de mil

empresas multinacionais.

O espaço criado pelo Fórum Social Mundial estará voltado para a formulação de alternativas, para a troca de experiências e para a construção de articulações orgânicas, táticas e estratégicas, entre ONGs (Organizações Não Governamentais), movimentos sociais, sindicatos, associações e entidades religiosas, em cada país e em nível continental e mundial. São essas organizações que enfrentarão o desafio de promover e financiar o Fórum Social Mundial. O resultado que se espera é a identificação de caminhos e propostas mobilizadoras para manifestações e ações concretas da sociedade civil em todo o mundo.

Quando da realização do Fórum Social Mundial deverão ocorrer outros eventos simultâneos e manifestações em torno dos seus objetivos no maior número possível de países. Circuitos de palestras e debates deverão ser realizados paralelamente ao evento, envolvendo diretamente os cidadãos.

A proposta de criar o Fórum Social Mundial decorre das mobilizações ocorridas na Europa contra o Acordo Multilateral de Investimentos – AMI em

1998, das grandes manifestações de Seattle, durante o encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC) em novembro de 1999, e das realizadas recentemente em Washington contra as políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial.

Ao mesmo tempo em que crescem tais manifestações, tem havido em todo mundo esforços no sentido de buscar alternativas que coloquem o desenvolvimento humano e a democracia participativa como fatores prioritários de governos e cidadãos. São sementes que germinam novas esperanças na construção de um mundo mais livre e com justiça social.

São essas tendências que fizeram nascer a proposta do Fórum Social Mundial. E ela representa um passo qualitativamente novo para a construção desse contrapoder planetário.

O site do evento na Internet pode ser consultado nos endereços: www.forumsocialmundial.org.br ou www.worldsocialforum.org. Adesões pelo e-mail: fsm2001@uol.com.br

(*) O Comitê de Organização do Fórum Social Mundial é formado por: Abong – Associação



Foto: Sebastião Salgado

Brasileira de Organizações Não Governamentais; ATTAC – Ação pela Tributação das Transações financeiras em Apoio aos Cidadãos; CBJP – Comissão Brasileira Justiça e Paz, da CNBB; Cives – Associação Brasileira de

Empresários pela Cidadania; CUT – Central Única dos Trabalhadores; Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sócio Econômicas; Justiça Global; e MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

ECONOMIA

Temos que democratizar o MERCOSUL

Fernando Henrique, De la Rúa (Argentina) e Ricardo Lagos (Chile) mostraram suas afinidades passeando descontraidamente pelos jardins da residência presidencial de Olivos depois de encerrar a XVIII Reunião do Grupo Mercado Comum em Buenos Aires, no final de junho.

Os presidentes selaram uma agenda que centra as preocupações no plano econômico: reduzir ainda mais as tarifas de importação de bens de capital, matérias-primas e bens intermediários no processo de revisão da Tarifa Externa Comum (TEC). Hoje, essa tarifa cobrada sobre as importações de terceiros países é, na média, de 14%. Mas há casos, como a tarifa acertada no Acordo Automotivo, de 35%. A tarifa do Chile é de 9% para todos os produtos (tarifa plana) e esperam rebaixá-la para 6% em 2003, condicionando as negociações para a incorporação do Chile como membro pleno. De fato, esse processo significaria acelerar ainda mais a abertura comercial da região bem ao gosto dos que pretendem fundir o Mercosul na ALCA em 2005.

Por outro lado, a participação do Chile no Acordo Macroeconômico reforça a posição dos ministros da Fazenda da Argentina e do Brasil, preocupados em cumprir as metas estabelecidas com o FMI. Nesse acordo, conhecido como "pequeno Maastricht", os responsáveis da política fiscal e monetária

dos países membros (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) e associados (Chile e Bolívia) acordaram que, até março de 2001, serão fixados os prazos para alcançar metas convergentes em matéria de inflação, dívida pública e déficit fiscal. Se para a Europa o cumprimento dos critérios de Maastricht significou um ajuste brutal, aumentando o desemprego na maioria dos países, dá para imaginar o que acontecerá nos nossos países campeões nos índices de exclusão social?

Em fim, enquanto os ministros das Finanças garantem o modelo econômico do Mercosul, cuidando especialmente que o processo se ajuste à agenda externa com os organismos financeiros internacionais, os presidentes fazem discursos de "Relançamento" do bloco colocando o interesse nos temas sociais. Assim, encerraram a Reunião de Cúpula com o compromisso de "lutar juntos contra a pobreza, combater o desemprego e conseguir mais justiça social na região". Esquizofrenia ou mera hipocrisia?

Na realidade, o Mercosul está sendo usado para "harmonizar" o ajuste no plano regional, assim como no início da década de noventa foi usado para quebrar as resistências internas à abertura comercial.

A declaração da coordenadora de centrais sindicais do Cone Sul, depois de denunciar o agravamento do quadro econômico-social em todos os países, coloca a

Partidos de esquerda da AL debatem conjuntura política

O Grupo de Trabalho do Foro São Paulo, que estará na próxima semana, promove no dia 25 de julho, às 18 horas, Debate sobre Conjuntura da América Latina, com representantes dos partidos de esquerda latino-americanos.

Dentre os partidos, estão previstas as presenças do PT, partidos de esquerda da Colômbia; PC cubano; FMLN de El Salvador; PRD do México; FSLN da Nicarágua; Frente Amplio do Uruguai; OPL do Haiti; e NMIP de Porto Rico.

O evento será em São Paulo, na sede nacional do PT - auditório Paulo Freire, à rua Silveira Martins, 132 - Centro. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (0xx11) 233-1394.

Alternativa ao neoliberalismo

O Foro de São Paulo foi criado, em 1990, a partir da reunião dos partidos de esquerda da América Latina em São Paulo (daí a origem do nome), com o objetivo

comum de construir uma alternativa popular e democrática ao neoliberalismo.

No primeiro encontro, representantes de 48 partidos e organizações, provenientes de experiências diferentes e de matizes político-ideológicas mais diversas ainda, debateram as consequências da queda do "socialismo real" na América Latina. De lá para cá, foram realizados nove encontros em países como México, Cuba, Uruguai, sendo o último na Nicarágua, em abril deste ano. Para 2001, a Guatemala será o local de destino.

Para garantir uma ação contínua e permanente, Foro São Paulo constituiu um grupo de trabalho que encaminha as deliberações dos encontros, estabelece contatos com partidos de outros continentes e resolve questões organizativas.

Nos dias 24 e 25 de julho o Grupo de Trabalho estará reunido em São Paulo.

necessidade de uma proposta de integração alternativa para que "o Relançamento do Mercosul signifique a adoção de medidas comuns de promoção do desenvolvimento sustentável, de geração de emprego, de distribuição de renda, de aprofundamento da democracia e de real fortalecimento externo do bloco e não a sua transformação em uma base exportadora das multinacionais - política que não gerará empregos e muito menos a distribuição de renda que necessitamos para alterar tamanha exclusão social."

Se as centrais sindicais participam no Fórum

Consultivo Econômico e Social e os representantes dos Paramentos na Comissão Parlamentária do Mercosul é importante que os deputados dos partidos que compartilham de uma visão comum sobre a necessidade de democratizar o processo de decisões no Mercosul se inspirem na ação unitária das centrais sindicais do Cone Sul.

Ana Maria Stuart é Assessora da Secretaria de Relações Internacionais

Cronicamente INVIÁVEL: o elogio à barbárie

Sobre seu quarto longa-metragem, **Cronicamente Inviável**, Sérgio Bianchi diz denunciar o monstro criado pelas elites. Até aí: tudo a favor, na atual conjuntura, clamamos por um filme que denuncie minimamente o aborto neoliberal que nosso País se transformou, sem concessões.

Já na sala de cinema: se o filme promete não ser clemente, nós tentamos sê-lo... tudo bem, ele está apenas começando, a montagem é interessante (e a base de todo o filme), a fotografia é mediana, a direção de atores é ruim... mas nada que chegue a ponto de inviabilizar a idéia, que é boa. Então tentamos nos apoiar no que pode ser um bom roteiro... e a jornada continua.... Mas nem toda a melhor boa vontade de espectador consegue resistir até o final de um filme que se pretende crítico ao diletantismo, à superficialidade e aos preconceitos e que, ao final, consegue ser seu maior representante.

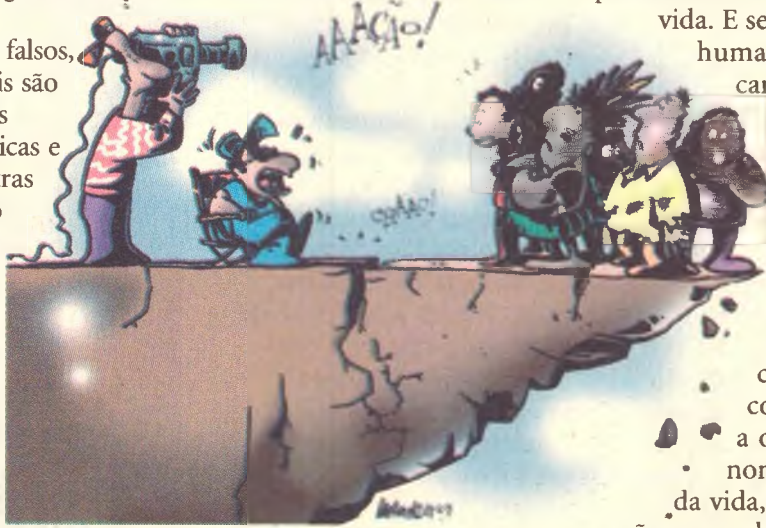
O diretor também diz mostrar a realidade, embora claramente (ou por ignorância ou por má-fé) pareça a desconhecer. Claro, não é preciso ser um sem-terra para representá-lo, mas o mínimo que se espera de um profissional é que faça uma pesquisa, procure conhecer sobre quem fala, senão... ESTEREÓTIPOS...

Cronicamente Inviável não tem personagens, tem estereótipos: todos os negros são paranóicos, os índios são lentos, os operários são burros e manobráveis, todos do sudeste odeiam os nordestinos, os do sul são separatistas, os nordestinos são uma nulidade, os movimentos organizados são patéticos, os intelectuais são falsos, os homossexuais são oportunistas, as mulheres histéricas e certamente outras coisas que, no momento, não é possível lembrar... De "correto" só o título, pois de fato o filme de Sérgio Bianchi nos diz: tudo é inviável, não há o que fazer, todos estamos fadados a explorarmos e sermos explorados, a destruir... então... quem sabe? Nada mais "humanitário" que um extermínio generalizado, talvez uma raça melhor possa tomar nosso lugar... uma raça superior... quem sabe?

Fico pensando: como os manifestantes da Paulista seriam mostrados no filme? Ou os índios vítimas da repressão do festejo dos "500 anos"? E onde está a denúncia dos criadores dos "monstros"?

Não se trata de defender aqui o maniqueísmo do

cinema de Hollywood, "mocinhos x bandidos" mas mostrar a todos os oprimidos como "bandidos", uma sociedade inviável, só reforça a omissão e a apatia gerada pelo ceticismo pós-moderno, justificando a opressão diária da barbárie capitalista que estamos vivendo. Isto é conhecido



como o "princípio da vitimologia", no qual a vítima é tida como a responsável pela agressão (prática, aliás, comum nos machistas julgamentos judiciais de estupro).

Cronicamente Inviável parece um filme realizado por um estrangeiro (ou um deus do antigo testamento), pairando sobre nosso fracasso como espécie (ou nacionalidade, sei lá); é perigosamente conformista e, a pretexto de não valorizar os clichês de otimismo, acaba por atingir não as elites, mas a todos

aqueles que lutam para que, um dia, as tais "verdades" mostradas sejam apenas uma ficção, uma "história de cinema".

Enquanto o diretor proclama a vitória de Thanatos (pulsão de morte) sobre Eros (pulsão de vida) penso se a arte não é fruto primordial do desejo de vida. E se a

humanidade caminha a passos rápidos para uma possível destruição, não posso deixar de achar que um artista deve combater o conformismo e a omissão, em nome da arte e da vida, e com isso não posso deixar de pensar na beleza dos cubanos, daqueles que conseguem fazer arte e transformar um cotidiano adverso (provocado por um bloqueio criminoso), em beleza, penso em Buena Vista Social Club, de Wim Wenders, que com uma simplicidade impressionante, de alguém que não se coloca como um "estrangeiro", consegue ver que a espécie humana não só ainda é viável, mas vale qualquer esforço de luta.

Luciana Rodrigues é cineasta

EVENTOS

GTE promove Plenária Nacional dos candidatos e candidatas do PT



O Grupo de Trabalho Eleitoral (GTE) do Diretório Nacional do PT realiza no próximo dia 31 de julho, em São Paulo, Plenária Nacional dos Candidatos e Candidatas do PT.

A reunião tem o intuito de fazer um balanço da campanha às prefeituras de todo o país e estabelecer estratégia unificada para

as candidaturas. A plenária deverá significar, de acordo com os organizadores, a arrancada final às disputas municipais.

Neste sentido, acredita o GTE-Nacional, frente à conjuntura política, pautada por escândalos envolvendo o governo federal, a intransigência de FHC na implementação de políticas neoliberais, aliados aos recentes atos repressivos aos movimentos sociais, o PT tem que aproveitar este fórum para fazer profunda análise do momento atual e criar estratégia de intervenção local a partir de projeto nacional para o país.

As candidaturas petistas devem estar atentas ao momento por que passa o país, em que, às vésperas das eleições, há um sentimento de exaustão por parte da sociedade com a política e os partidos, alerta o GTE, enfatizando a necessidade da divulgação do Modo Petista de Governar, implementados nas administrações petistas.

O GTE tem realizado pesquisas qualitativas para apontar, não só o quadro político, econômico e social atual, mas também para balizar a própria produção dos programas e inserções de rádio e TV.

A Plenária Nacional dos Candidatos e Candidatas do PT deverá ainda aprovar um manifesto dos candidatos e candidatas do PT de 2000, apontando a importância das próximas eleições para o Brasil.

Estão confirmadas as presenças do dirigente petista Luiz Inácio Lula da Silva, do presidente nacional do PT, José Dirceu; da líder do PT no Senado, Heloísa Helena (AL); do líder na Câmara dos Deputados, Aloizio Mercadante; dos três governadores petistas, Olívio Dutra (RS), Jorge Viana (AC) e Zeca do PT (MS); dos senadores Eduardo Suplicy e Marina Silva e o deputado federal, José Genoíno, dentre outros.

A Plenária ocorrerá das 10h às 18h, no Hotel Maksoud Plaza, à Alameda Campinas, 130 - São Paulo. Mais informações e confirmações de presença podem ser obtidas pelo telefone (0xx11) 3115-6213, com Marizilda, Cida ou Paula no GTE-Nacional ou pelo e-mail gte@pt.org.br

Globalização da economia é tema de seminário em Santa Catarina

De 26 a 28 de julho, acontece em Curitiba (PR) o Seminário sobre Instituições Multilaterais - Os atores políticos na economia globalizada. O evento é promovido pela CUT nacional, Observatório Social, Escola Sul, CUTs Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

O seminário tem como objetivos debater as estratégias e o papel das instituições como a Organização Mundial do Comércio, BIRD e BID; analisar os impactos causados pelas políticas das Instituições Multilaterais na sociedade e no Brasil; e as iniciativas sociais para melhor enfrentar as dinâmicas dessas instituições.

Está prevista também a discussão sobre o papel da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no contexto da economia globalizada.

O evento é dirigido a líderes sindicais, assessores, formadores, professores, estudantes, parlamentares e organizações da sociedade civil.

O seminário será realizado na Escola Sul da CUT, Av. Luiz Boiteux Piazza, 4810 - Florianópolis (SC). Mais informações podem ser obtidas pelos telefones (0xx48) 261-4000 ou pelo fax (0xx48) 261-4060.

CUPOM DE ASSINATURA

Assinatura anual: 1 x R\$ 50,00 2 x R\$ 25,00

Cobrança bancária
 Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexos)
 Depósito bancário nominal para o Partido dos Trabalhadores
 Banco do Brasil S/A, Ag. 3323-5 - Barra Funda
 São Paulo-SP - C/C nº 123456-0
 (envie xerox do comprovante)

Nome _____
 Endereço _____
 Profissão _____ Tel _____
 CEP _____ Cidade _____ Estado _____
 Sexo: Masculino Feminino
 Filiado ao PT: Sim Não

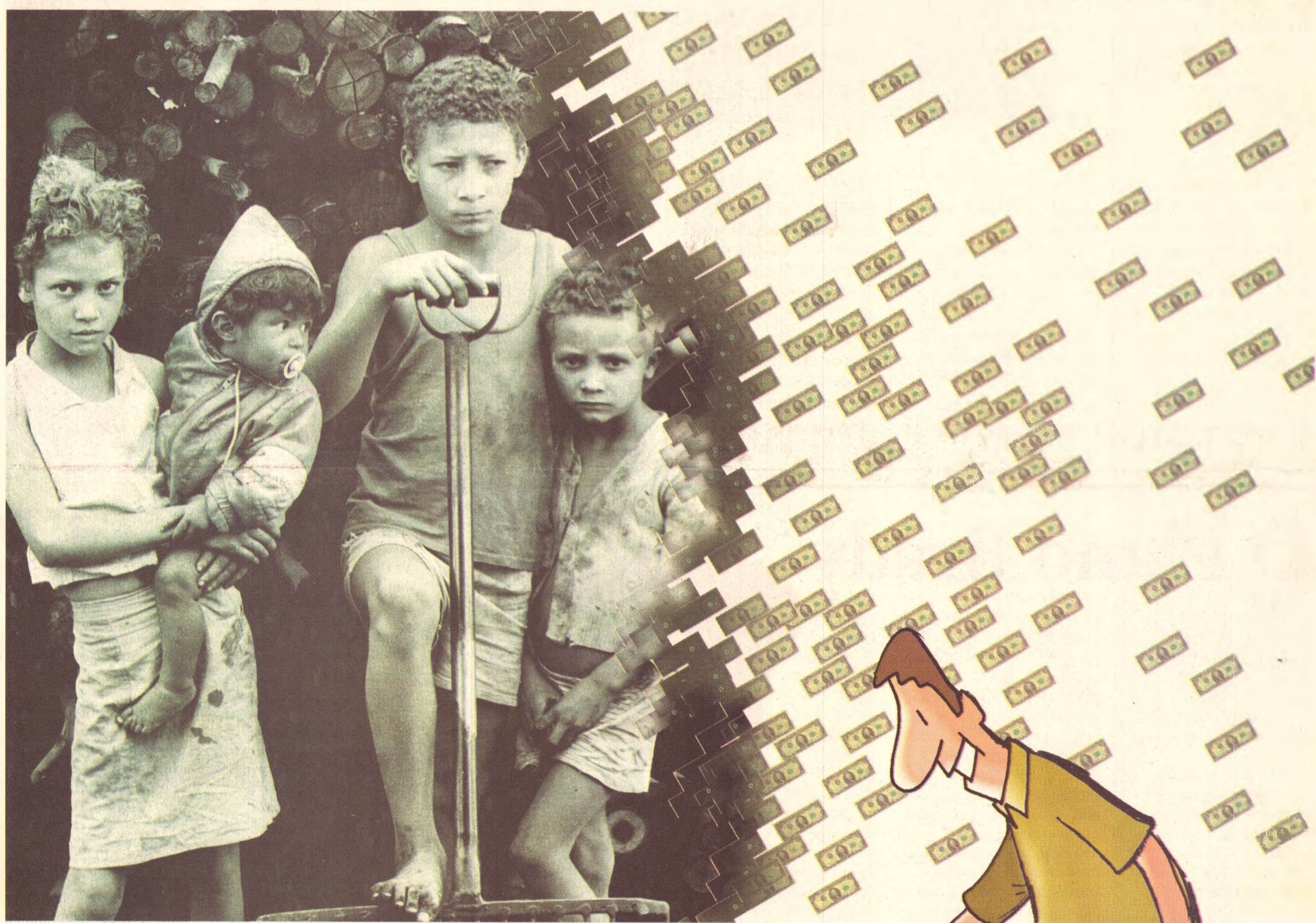
Plebiscito da dívida externa

PLEBISCITO DA DÍVIDA EXTERNA



DE 2 A 7 DE SETEMBRO

De 2 a 7 de
setembro
em todo o
Brasil



*A vida acima
da dívida*

Campanha Jubileu 2000
Por um milênio sem dívidas

Arte de Maringoni sobre foto de J. Ripper

PT
PARTIDO DOS
TRABALHADORES

CNBB/Pastorais Sociais - MST - CUT - UNE - CMP
Conic - Cesen - IAB - Contag-Fisenge IAB - Rede
Brasil - SindeconRJ - CoreconRJ - IERJ

A dívida externa brasileira

Ao final de 1999, a dívida externa brasileira era de 241,2 bilhões de dólares. Deste total, 212,6 bilhões de dólares eram dívida de médio/longo prazo (superior a um ano); e 28,6 bilhões de dólares de dívida de curto prazo.

Da dívida total, 100 bilhões de dólares são dívida do setor público não-financeiro e 141,2 bilhões de dólares são dívida do setor privado. A predominância dos débitos privados é um fenômeno que vem desde 1996, quando os empresários contraíram empréstimos externos a juros baixos, lucrando depois com os altos juros internos.

Segundo o Banco Central, a amortização da dívida externa registrada de médio e longo prazos implicará no desembolso, até o final do mandato do próximo presidente (2006), de um valor superior a 80 bilhões de dólares. Mas o valor final será maior: o Banco Central calcula que os vencimentos de médio e longo prazo para 2000 superarão os 30 bilhões de dólares. A previsão é que a



despesa com os juros chegue a 17 bilhões de dólares.

Nossa dívida externa total equivale a 42% da riqueza que o Brasil produz durante um ano inteiro. Ou cinco anos de nossas exportações. Seis vezes as reservas em moeda estrangeira em posse do Banco Central em março de 2000.

Nos últimos 30 anos

(1968/1999), em valores nominais, o estoque da dívida externa brasileira cresceu 237 bilhões de dólares! Se tomarmos como ponto de partida o ano de 1982 (crise do México), o estoque cresceu 158 bilhões de dólares. Se nos limitarmos ao período (1995/1998), correspondente ao primeiro mandato do atual presidente, Fernando

Henrique Cardoso, o estoque da dívida cresceu 99 bilhões de dólares.

Ao mesmo tempo, apenas durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-98), o Brasil desembolsou cerca de 128 bilhões de dólares a título de juros e amortização. Quanto mais pagamos, mais devemos.

O Plano Brady

Em 1994, o então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, declarou ao Senado que estava "extremamente feliz com o fim do problema da dívida externa".

A felicidade tinha uma explicação: o ingresso de capitais estrangeiros ganhara alento em meados de 1991. Processo similar ocorreu em toda a América Latina, com a entrada líquida total de capitais passando de 9,3 bilhões de dólares (1989) para 60,8 bilhões de dólares (1992). A Ásia também conheceu o mesmo fenômeno, que acabou sendo a principal causa da crise asiática que eclodiu em outubro de 1997.

Para atrair estes capitais, o governo brasileiro adotou várias medidas, entre as quais uma elevada taxa de juros. De janeiro de 1992 a junho de 1994, a taxa média anualizada de juros internos foi oito vezes superior à taxa internacional, estimulando as empresas privadas a tomar recursos no mercado externo.

Mas era preciso dar garantias ao capital estrangeiro. Uma dessas garantias foi a assinatura, em 1994, de um acordo de reestruturação da dívida externa, que aparentemente teria encerrado a "crise da dívida".

Segundo o professor Paulo Nogueira Batista Jr.,

"o Brasil era, até abril de 1994, o único dos principais devedores latino-americanos que ainda não havia aderido ao chamado Plano Brady. A adesão brasileira foi negociada no final do governo Collor, por um governo profundamente fragilizado, ameaçado de impeachment, que tentava apressar a definição das características fundamentais do acordo, com o intuito de criar um fato político capaz de reforçar a sua base de apoio externa e as suas chances de sobrevivência em face da crescente oposição interna".

"A finalização do acordo ocorreu, por sua vez, durante a gestão de um ministro da Fazenda que preparava a sua candidatura à presidência da República e encontrava na conclusão da negociação com os bancos estrangeiros um meio de solidificar o suporte internacional às suas pretensões políticas".

"Por isso, Fernando Henrique estava disposto não só a respeitar integralmente as condições aceitas por Collor como a introduzir modificações nos termos originais que tornaram o acordo ainda mais oneroso para o país".

Nas negociações realizadas entre 1982 e 1988, os credores eram contrários a redução no valor da dívida. Em 1989, Nicholas Brady, então secretário do Tesouro dos

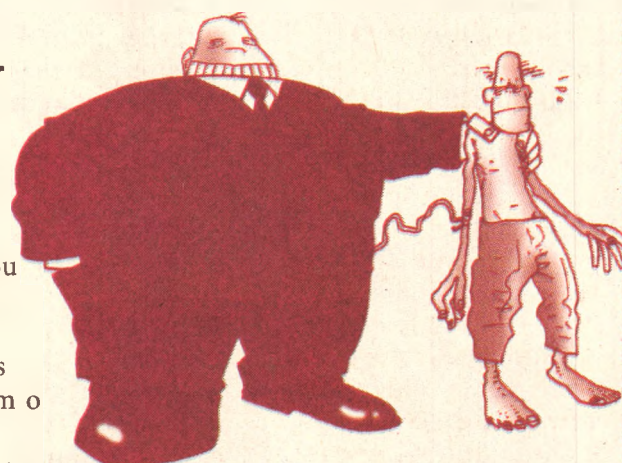
Estados Unidos, apresentou um plano cujos princípios orientaram o acordo assinado, em abril de 1994, no final da gestão de Fernando Henrique Cardoso como ministro da Fazenda. Logo depois de assinar o acordo, Fernando Henrique Cardoso seria lançado candidato à presidência da República.

O Plano Brady previa a redução no valor da dívida externa, mediante a redução do principal ou das taxas de juros. Previa, também, a extensão dos prazos de pagamento e a substituição de obrigações com taxas de juros flutuantes, por títulos com taxas fixas.

A maioria dos acordos realizados por países latino-americanos, com base nos princípios do Plano Brady, resultaram em descontos moderados, não ocorrendo redução significativa do nível de endividamento.

No caso brasileiro, o acordo firmado em abril de 1994 referia-se apenas a parte da dívida do setor público com bancos comerciais estrangeiros.

Em números redondos, o acordo dizia respeito a uma parcela de 49 bilhões de dólares, de uma dívida externa total (em



dezembro de 1993) de 145 bilhões de dólares. O desconto efetivo associado ao acordo foi de 3,7 bilhões de dólares ou de 7,6% do valor da dívida afetada pelo acordo.

Na prática, entretanto, o acordo "representou o levantamento da moratória parcial que vigorava desde 1989. Com a entrada em vigor do acordo, substituiu-se a dívida velha, sujeita a uma suspensão parcial de pagamentos, por bônus que não permitem a capitalização dos juros. O resultado é um aumento significativo dos pagamentos em comparação com a situação anterior ao início do processo de negociação, quando o Brasil pagava 30% dos juros devidos. Como resultado a despesa anual líquida com juros no primeiro ano de vigência do acordo alcança 2,5 bilhões de dólares, aproximadamente o triplo da despesa de juros na situação anterior e apenas 600 milhões de dólares a menos do que pagaria, caso estivessem vigentes as condições contratuais anteriores".

Plebiscito Sobre a Dívida

Na semana da Pátria, de 2 a 7 de setembro, ocorrerá o **Plebiscito Nacional sobre a Dívida Externa**.

Nas igrejas, nas sedes de movimentos sociais, nas sedes partidárias, nas escolas, nas praças públicas, nas empresas, em todos os locais onde for possível, serão colocadas urnas para colher a opinião da população sobre três questões: o acordo com o FMI, a dívida externa e a dívida interna.

A proposta é colher o voto de milhões de brasileiros. Para que isso ocorra, é necessário que as entidades envolvidas no plebiscito realizem um grande trabalho de educação popular, conscientizando a população de que uma das causas de seus problemas é a dívida externa e interna; aprofundando a relação entre dívida externa, dívida interna, dívidas sociais e dívidas ecológicas; levando o

PLEBISCITO DA DÍVIDA



DE 2 A 7 DE

debate sobre a dívida para a opinião pública e para as bases; recolocando o tema da dívida externa na pauta das mobilizações populares e, a partir do debate, questionando o modelo econômico neoliberal.

O sucesso do Plebiscito servirá, também, como pressão por uma auditoria pública da dívida externa e interna, bem como para fortalecer as propostas de controle à circulação do



A bicicleta não

O Brasil só conseguiu cobrir o serviço da dívida graças ao extraordinário afluxo de capitais, que ampliou "nossas" reservas em moeda estrangeira.

O fato de conseguirmos "servir a dívida" não implicou redução do estoque da dívida. Tampouco ampliou a capacidade do país de gerar divisas próprias em moeda estrangeira (nesse sentido, o endividamento ocorrido nos anos 90 é pior do que o dos anos 70).

Como resultado da política econômica adotada por Collor e Fernando Henrique, de "abertura comercial e financeira", o Brasil acumulou, entre 1991 e 1999, um déficit de 132 bilhões de dólares nas suas relações com o mundo.

Para cobrir este déficit, o Brasil depende dos capitais estrangeiros, que podem ser divididos em três categorias: empréstimos, investimento direto e capital especulativo. O capital especulativo, como o próprio nome indica, é de curto prazo e tira mais recursos do país do que traz benefícios.

A maior parte do investimento direto foi destinada a compra de empresas (estatais ou privadas): financiando, portanto, a transferência de patrimônio, não a criação de riqueza nova. Com um agravante: quando estrangeiros, os novos proprietários, mesmo que sua atividade não gerasse um único dólar para o país, passaram a remeter lucros e dividendos para suas matrizes no estrangeiro.

Finalmente, os

empréstimos: na sua maioria, foram feitos por empresas privadas, que pegaram dinheiro no exterior, a taxas de juros mais baixas que as do Brasil. Estes empréstimos aumentam a dívida externa, mas geralmente não foram aplicados em atividades que gerassem divisas (e, portanto, que ajudassem a captar os dólares necessários para pagar sua própria dívida). O resultado é que o Brasil se torna cada vez mais dependente do capital estrangeiro, para cobrir os déficits gerados por este mesmo capital, num círculo vicioso.

Como subproduto do fluxo de capitais estrangeiros, mas também por motivos político-eleitorais, a nova moeda brasileira, o real, foi artificialmente valorizada em relação ao dólar. Como uma das consequências disto, entre 1995 e 1999, as importações (mais baratas) superaram as exportações (mais caras), gerando um déficit comercial acumulado de 24,7 bilhões de dólares.

No caso da balança de serviços — que registra as viagens internacionais, fretes, remessas de lucros, pagamentos de royalties e os juros da dívida externa — o déficit acumulado entre 1995 e 1999 é de 122,7 bilhões de dólares.

Entre 1994 e 1995, o déficit das transações correntes (soma do déficit comercial com o déficit de serviços) entre o Brasil e o mundo decuplicou, indo de 1,7 bilhão de dólares para 17,9 bilhões de dólares. O déficit acumulado, entre 1995 e 1999, na balança de transações correntes alcançou

Nacional da Dívida Externa

DÍVIDA EXTERNA



SETEMBRO

capital financeiro.

Participam da organização do Plebiscito dezenas de entidades, entre as quais: a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central de Movimentos Populares (CMP), a União Nacional dos Estudantes, a Contag, o MST, o Movimento de Pequenos

Agricultores, etc.

O Partido dos Trabalhadores (PT) — e outros partidos democrático-populares — também participa da organização do Plebiscito da Dívida Externa, que faz parte da agenda de lutas do ano 2000, como a Marcha Mundial das Mulheres, o Grito dos Excluídos, a Campanha da Fraternidade Ecumênica, a agenda do Fórum Nacional de Lutas, além de mobilizações específicas dos trabalhadores rurais, da CMP, da UNE, dentre outras.

A Comissão Executiva Nacional do PT tem acompanhado e participado da organização do Plebiscito, tendo designado para esta tarefa os companheiros Flávio Jorge e Valter Pomar. Mas o sucesso de nosso participação depende da integração de nossos diretórios regionais e municipais, de nossos governos e parlamentares, bem como de nossos candidatos a prefeito, vice e a vereador.

O outro nome da usura

A taxa de juros várias vezes superior aos juros internacionais tem sido o principal mecanismo de atração de capitais estrangeiros necessários ao pagamento da dívida.

A taxa de juros brasileira era de 6% em maio de 2000, enquanto no Brasil ela era de 18% ao ano. Em novembro de 1997, chegou a ser de 42% ao ano. Tamaña generosidade atraiu capital estrangeiro, que “inchou” as reservas em moeda estrangeira no Banco Central, que foram de 36,5 bilhões de dólares em 1994 para US\$ 74 bilhões em abril de 1998.

Toda entrada líquida de moeda estrangeira no país é comprada pelo Banco Central, que repassa aos proprietários o valor equivalente em reais. Para conseguir os, e também para contornar os riscos de inflação, o governo vende títulos no mercado e toma reais emprestados, aumentando a dívida pública interna. Parte dessa dívida é pós-fixada, com base na taxa de juros ou no câmbio. Tem-se, assim, um capitalismo sem risco: 23% da dívida mobiliária federal fora do Banco Central é corrigida pelo câmbio; e 61% pela taxa de juros.

Como os juros são mantidos altos para atrair capitais estrangeiros e para tentar evitar sua saída do país, o resultado é o enorme crescimento da dívida pública interna. A dívida mobiliária federal, por exemplo, saltou de 62 bilhões de reais (1994) para 432 bilhões de reais (2000), em preços correntes de cada ano.

A íntima ligação entre o crescimento da dívida interna e o crescimento do passivo externo (aí incluída a dívida e outras obrigações do país em moeda estrangeira) explica porque o recente acordo entre o governo brasileiro e o FMI estipulou metas precisas de superávit fiscal. Trata-se de garantir ao investidor estrangeiro que a dívida interna será honrada. Caso contrário, os portadores abandonarão os títulos do governo, transformarão seus reais em dólares e sairão do país, gerando uma crise cambial.

Para que isto não ocorra, o governo faz cortes nos gastos sociais e amplia a cobrança de tributos e impostos. Não existe limite para os gastos com a dívida. Recentemente, o Congresso aprovou uma “Lei de responsabilidade fiscal”, que pune o administrador público que não honrar em primeiro lugar... o serviço da dívida.

Ao mesmo tempo que atraiu capitais estrangeiros, a alta taxa de juros sobrecarrega a atividade das empresas e pessoas que operam em reais. As grandes empresas, por sua vez, aproveitam o diferencial entre os juros internos e externos, tomando dinheiro emprestado no exterior e aplicando-o no Brasil.

É importante destacar que, apesar de a dívida externa destas empresas ser “privada”, é o conjunto da população que paga por ela. Em primeiro lugar, porque o Tesouro Nacional é seu

garantidor em última instância, diretamente ou indiretamente,



por meio de títulos públicos com cobertura cambial.

Em segundo lugar, porque o esforço de obter dólares para pagar tais dívidas, é feito por todo o país, submetido aos efeitos daninhos da alta taxa de juros.

Ao lado dos juros altos, a privatização foi importante na atração de capitais estrangeiros. O governo argumentava que as privatizações permitiriam o pagamento de parte substancial da dívida interna, possibilitariam os investimentos que o Estado não conseguia mais viabilizar, além de melhorar a qualidade dos produtos e serviços. Segundo o governo federal, de 1991 a 1998 o país teria arrecadado 85 bilhões de reais com as privatizações.

Cálculos mostram que — mesmo desconsiderando os preços subavaliados e o impacto social negativo — o governo perdeu pelo menos 87 bilhões de reais com as privatizações.

Embora tenha produzido um abatimento contábil na dívida interna, a privatização aumentou a dívida externa e o passivo externo do país. Por exemplo, com os empréstimos contraídos no exterior por empresas privadas que compraram estatais.

Além da dívida externa, cresce também o passivo externo do país: quando uma estatal é vendida para proprietários estrangeiros, os novos donos remetem lucros e dividendos para o exterior, sem falar em outras formas disfarçadas de remessa de capitais. A remessa de lucros e dividendos para o exterior triplicou: de 9 bilhões de dólares, no período 1981-90, para 27,3 bilhões de dólares no período 1991-1999. A previsão é que no ano 2000, a remessa líquida de lucros e dividendos seja de 5 bilhões de dólares.

Além disso, as ex-estatais passaram a comprar dos fornecedores habituais dos novos proprietários, o que aumentou as importações e, portanto, o déficit comercial. As controladoras estrangeiras vendem no mercado interno brasileiro (em reais) mas compram dos seus fornecedores habituais no exterior (em dólares).

Muitas empresas privadas também foram vendidas para controladores estrangeiros, com um resultado similar ao das privatizações: mais remessa de lucros e mais importações.

Com a abertura comercial (desde 1990) e com o dólar valorizado (desde 1994), o país gerou um déficit comercial acumulado de 23,5 bilhões de dólares durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-98). Estas importações foram possíveis graças ao fluxo de capitais estrangeiros: o consumo presente — em reais — foi

“financiado” por uma dívida futura — em dólares.

A inundação de importados, somada aos altos juros, levou um grande número de empresas ao fechamento ou ao “ajuste”: demissões, ampliação de jornada, “flexibilização” de direitos e redução salarial. Como parte do consumo foi realizado a crédito, o desemprego e o fechamento de empresas gerou também uma forte inadimplência.

Grande parte do capital estrangeiro que entrou no Brasil destinou-se à especulação e à aquisição de patrimônio já existente, não resultando, portanto, em novo investimento e crescimento econômico. O governo brasileiro incentivou o chamado investimento estrangeiro direto, por meio de subsídios e renúncias fiscais. Bancos públicos emprestaram dinheiro para que empresas estrangeiras comprassem nossas estatais.

Na chamada guerra fiscal, governos estaduais emprestam dinheiro, doam terrenos e concedem isenção de impostos, para atrair empresas sediadas em outras unidades da federação, beneficiando também empresas estrangeiras.

Acontece que a maior parte das empresas beneficiárias orienta suas vendas para o mercado interno (que não gera dólares), ao mesmo tempo que aproveita os recursos públicos para especular, aumentar sua margem de lucro e remeter divisas para o exterior.

Mais recentemente, o governo tem estudado a adoção de maiores incentivos às exportações: as empresas exportadoras (turbinações por subsídios públicos) venderão ao Estado (a preços de mercado) os dólares obtidos na exportação, tornando-se detentoras de títulos públicos e, portanto, credoras do mesmo Estado que as subsidiou.

O efeito agregado dessas políticas tem sido: crise social, desemprego e outras medidas concentradoras de renda; redução dos investimentos públicos; transferência patrimonial (do Estado e/ou de capitalistas privados nacionais para grandes capitalistas, geralmente estrangeiros ou associados); e a vulnerabilidade da economia brasileira diante das crises internacionais.

Calendário do Plebiscito

Março e abril: organização das comissões e plenárias estaduais; colocação da discussão nas entidades; preparação de material didático de apoio; realização de levantamento de municípios, setores, categorias e entidades dispostas a levar adiante a proposta do Plebiscito;

Maio e junho: distribuição do material; organização de comitês locais, municipais ou por categoria; período de formação; trabalho de propaganda e conscientização; no 7 de junho, dia nacional de motivação; em maio, Plenária Nacional decide a redação das perguntas que estarão nas cédulas do Plebiscito.

Julho e agosto: tempo de campanha intensa.

Setembro: de 2 a 7, votação, inclusive durante o Grito dos Excluídos.

A partir de maio, começarão a chegar nos estados os materiais nacionais da campanha: cartaz, Jornal da Dívida, logomarca, Manual de Organização do Plebiscito, etc.

A organização da campanha é muito simples: uma **Plenária Social da Campanha**, uma **Coordenação Nacional**, uma **Secretaria Nacional** (com sede no Setor Pastoral Social da CNBB), plenárias e comissões estaduais, a serem constituídas por entidades de cada região do País; e Comitês locais.

A iniciativa da realização do Plebiscito da Dívida Externa possui uma pequena história...

...dando continuidade ao processo da 3ª Semana Social Brasileira, em julho de 1998, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), o Conic (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs) e a Cese (Coordenadoria Ecumênica de Serviços) promoveram em Brasília o simpósio Dívida Externa: Implicações e Perspectivas, como parte integrante da campanha internacional do Jubileu 2000. Nos três dias do encontro foi apontada a necessidade de se popularizar o tema do endividamento, uma das causas fundamentais dos problemas do nosso país. E foi definida ainda a realização, em abril de 1999, no Rio de Janeiro, do Tribunal da Dívida Externa, um julgamento simulado deste processo a que as elites submeteram o Brasil.

Neste ano de 2000, a idéia é realizar uma nova iniciativa: um plebiscito nacional sobre a dívida externa.



Este jornal foi produzido pela Secretaria Nacional de Comunicação do PT, em maio de 2000. Circula como encarte do PT Notícias - jornal do Diretório Nacional do PT. Os textos desta edição foram extraídos do Jornal do Plebiscito nº1 e do livro “O Brasil Endividado” (Editora Fundação Perseu Abramo). Ilustrações: Gilberto Maringoni - Diagramação: Alexandre Machado



o pode parar

134,7 bilhões de dólares!

O crescimento do passivo externo total do país foi acompanhado pelo crescimento da dívida pública interna, que no final de 1999 somava 516 bilhões de reais. A previsão é que, apenas no ano de 2000, o governo federal deverá pagar 69 bilhões de reais aos detentores da dívida interna pública.

O Brasil sempre foi altamente integrado à economia internacional. Basta lembrar que os recursos saídos daqui, na época colonial, ajudaram no que Marx denominou “acumulação primitiva do capital”.

Durante séculos, a atividade econômica brasileira foi dirigida aos mercados europeus e, portanto, submetida aos ciclos daquelas economias. Com a industrialização, mudou o tipo de conexão do Brasil com a economia capitalista internacional, inclusive com a instalação no país de importantes multinacionais.

De 1930 aos anos 80, o centro dinâmico de nossa economia transferiu-se progressivamente para o próprio país. Com as reformas neoliberais de Collor e de Fernando Henrique, a economia brasileira tornou-se novamente muito vulnerável aos humores da economia internacional.

Essa vulnerabilidade expressa-se num crescente passivo externo, que é constituído pelo estoque da dívida externa e pelo estoque do capital estrangeiro investido no país. O passivo externo tem como resultado um conjunto de valores que Brasil tem de remeter,

anualmente, a título de: serviço da dívida; remessa de lucros e dividendos; pagamentos de royalties, fretes e seguros; importações etc.

Nos anos 90, a dívida externa cresceu, mas o passivo externo cresceu muito mais.

O vigoroso fluxo de capitais estrangeiros permitiu, durante um curto período, contornar todos estes déficits. Nos últimos anos, embora crescentemente endividado, o país não atrasou seus pagamentos. Mas com as crises do México (1994) e Sudeste Asiático (1997), os capitais começaram a cobrar ainda mais caro para ingressar num “mercado emergente” como o Brasil.

Com a crise da Rússia (1998), as reservas brasileiras caíram velozmente: de 74 bilhões de dólares em abril de 1998, chegamos a 33 bilhões de dólares em março de 1999.

A fuga de capitais comprometeu a capacidade de pagar a dívida e financiar os déficits. Para evitar a suspensão dos pagamentos, o governo brasileiro negociou um empréstimo “preventivo” de 41,5 bilhões de dólares junto ao FMI, ao Banco Internacional de Compensações (BIS) e ao Banco do Japão. Esse empréstimo foi consagrado num Acordo cujo cumprimento submete o país a fortes estrangulamentos e a enormes cortes orçamentários.

No início de 1999, a maioria dos analistas voltou a falar nas dificuldades para honrar a dívida. Como nos anos 70, ao fluxo seguiu-se o refluxo.

SE ESSA GRANA FOSSE MINHA...

O que daria para fazer com o dinheiro da dívida externa*

Muita gente não sabe o que é dívida externa. Outros sabem, mas pensam que esta dívida não tem impacto nenhum em sua vida, na vida de sua família e de sua comunidade. Os números abaixo revelam o contrário: mostram que a dívida externa tem relação direta com o seu dia-a-dia.

A dívida externa brasileira aumentou de 148 bilhões de dólares, no final de 1994, para mais de US\$ 235 bilhões no final de 1998. Neste mesmo período, o Brasil pagou aproximadamente 126 bilhões de dólares aos credores, sob a forma de amortização do principal e juros da dívida.

Traduzindo isto em reais do Carnaval 2000, isso significa que transferimos aos nossos credores, ao longo do primeiro mandato do atual presidente da República, algo como 233 bilhões de reais.

O que teria sido possível fazer com todo este dinheiro?

SALÁRIO MÍNIMO

O governo diz que se o salário mínimo subir para 176 reais, isso provocará um "rombo" de 2 bilhões e 200 milhões de reais nas despesas do Instituto Nacional do Seguro Social no ano 2000. Pois com o dinheiro gasto com a dívida externa, entre 1995-1998, seria possível cobrir este rombo por 106 anos!!! Com a vantagem que o dinheiro gasto em salários melhora a vida das pessoas e estimula a atividade econômica.

BÔNUS

Com o dinheiro gasto com a dívida externa entre 1995-1998, teria sido possível pagar um "bônus" de R\$ 1.474,00 para cada brasileiro. Ou um bônus de 45 mil reais para cada família brasileira que vive com até 1 salário mínimo.

POBREZA

Com o dinheiro gasto no pagamento da dívida externa, entre 1995-1998, teria sido possível investir 58 bilhões de reais ao ano, ao longo de quatro anos, para erradicar a pobreza. Bem mais do que a direita brasileira propõe, da boca para fora: de 6 a 8 bilhões de reais por ano, daqui até 2010.

EMPREGOS

Se o governo tivesse investido, na

geração de empregos, aquilo que ele enviou para os credores da dívida externa durante o primeiro mandato do atual presidente, teria sido possível criar 504 mil empregos diretos em montadoras de automóveis. Ou então criar 10 milhões e 500 mil empregos diretos em indústria têxtil. Ou ainda criar 15 milhões e 750 mil empregos diretos na construção civil. O desemprego seria muito reduzido ou até eliminado.

MORADIAS

Com o dinheiro que enviamos para os credores, teria sido possível construir 15 milhões de moradias populares, de 35 metros quadrados, em lotes de 200 metros quadrados, ao custo unitário de 15 mil reais. Com isso, acabaria o déficit habitacional existente no Brasil.

EDUCAÇÃO

Trabalhando duro, um professor de escola pública de ensino fundamental ganha, no início da carreira, em média 300 reais por mês. Com o que gastou na dívida externa, entre 1995-1998, o Brasil poderia duplicar seus gastos em educação. E ainda sobriaria dinheiro para construir 6 milhões de escolas ou então 948 mil postos de saúde.

GASTOS EM SAÚDE

Teria sido possível, entre 1995-1998, aumentar o gasto per capita do Brasil em saúde, de US\$ 280 para US\$ 479!! E mesmo assim continuaríamos abaixo da Argentina (US\$ 795) e dos Estados Unidos (US\$ 3.858).

ASSENTAMENTOS

Teria sido possível assentar 5 milhões e 833 mil famílias de agricultores, ao custo de R\$ 40 mil cada uma. O que acabaria com o problema dos sem-terra no Brasil, estimularia a atividade econômica, baratearia o preço dos alimentos, reduziria a população dos grandes centros e, de quebra, ainda reduziria o poder dos políticos conservadores.

CRÉDITO RURAL

Nos três primeiros anos de governo FHC, a média de crédito rural aplicado foi de 8 bilhões de dólares. Isso significa que apenas 10% da produção agrícola do país recebeu financiamento. Se entre 1995-98 o país tivesse investido, na produção agrícola, aquilo que gastou com a dívida externa, teria sido possível financiar 40 bilhões de dólares ao ano, chegando aos 50% de financiamento da produção (o que ainda seria inferior ao financiamento dado pelos países desenvolvidos, onde o crédito rural chega a atingir



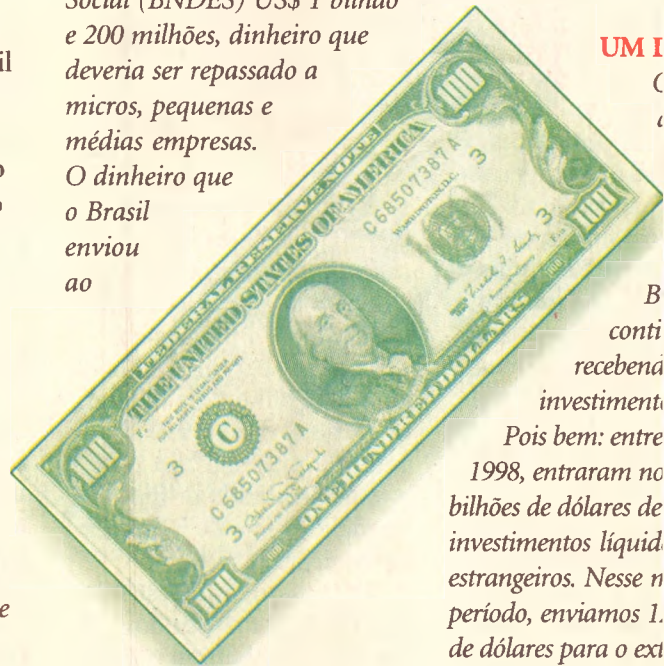
80% do valor produzido).

ESTATAIS

De 1991 até 1998, o Brasil vendeu 63 empresas através do Programa Nacional de Desestatização (isso sem levar em conta as estatais estaduais nem as telefônicas). O Brasil arrecadou US\$ 85 bilhões com estas vendas. Ou seja, apenas 2/3 do total que remetemos para o exterior, entre 1995-1998, para pagar a dívida externa. Com um detalhe: para "ajeitar" as empresas que privatizou, o Brasil gastou mais do que arrecadou!!! Ou seja, perdemos três vezes...

EMPRÉSTIMOS

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) prometeu emprestar para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) US\$ 1 bilhão e 200 milhões, dinheiro que deveria ser repassado a micros, pequenas e médias empresas. O dinheiro que o Brasil enviou ao



exterior, de 1995 a 1998, é 105 vezes maior do que este empréstimo.

APOSENTADORIAS

O país gastou, em 1997, 66 bilhões e 800 milhões de reais com as aposentadorias do setor público e do setor privado. Segundo o governo, houve um déficit de R\$ 19 bilhões e 200 milhões. Pois bem: com o que se gastou entre 1995-98 com a dívida externa, seria possível cobrir aquele déficit da previdência por 12 anos.

IMPOSTOS

Em 1998, o governo federal arrecadou cerca de 180 bilhões de reais em impostos. Ou seja: entre 1995-98, o Brasil mandou para o exterior o equivalente a 1 ano e 3 meses de arrecadação de impostos federais. É como se a ano, enviássemos para o exterior o fruto de quase quatro meses de nosso trabalho.

AJUSTE FISCAL

O governo corta os gastos sociais, para que sobre dinheiro para pagar a dívida interna, que gira ao redor de 500 bilhões de reais. O governo tem buscado, em 1999 e em 2000, realizar cortes da ordem de 30 bilhões de reais nos gastos sociais. Pois bem: o que o Brasil mandou para o exterior, ao longo dos últimos quatro anos, equivale a 7,7 vezes este corte. Ou seja, há corte nos gastos sociais porque o governo prefere honrar seus compromissos com os banqueiros nacionais e internacionais.

Agora você imagine: se teria sido possível fazer tudo isso, com o dinheiro que enviamos para o exterior ao longo dos últimos quatro anos, pense só no que deixaremos de fazer se, nos próximos quatro anos, enviarmos uma quantia equivalente.

UM DETALHE

O governo diz que paga a dívida externa para que o Brasil possa continuar recebendo mais investimentos externos. Pois bem: entre 1995 e 1998, entraram no Brasil 66 bilhões de dólares de investimentos líquidos estrangeiros. Nesse mesmo período, enviamos 126 bilhões de dólares para o exterior. Dá para perceber quem está levando prejuízo nesse negócio?

Evolução da dívida externa total:

1980	64 bilhões de dólares.
1990	123 bilhões de dólares.
1994	148 bilhões de dólares.
1999	241 bilhões de dólares.

Fonte: Boletins do Banco Central.

Amortização e pagamento de juros da dívida externa em 1999

Juros	15,1 bilhões de dólares
Amortizações	51,9 bilhões de dólares

Fontes

A conversão de dólares em reais tomou como base o câmbio de R\$1,852 (FSP, 9/3/2000). a) Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; b) Governo do Estado do Rio Grande do Sul; c) Dados fornecidos pelos movimentos sociais; d) Revista Conjuntura Econômica. * Texto publicado no número 1 do *Jornal do Plebiscito*

PLEBISCITO DA DÍVIDA EXTERNA



DE 2 A 7 DE SETEMBRO

Campanha do Plebiscito é lançada em São Paulo

Roberto Parizotti



A VIDA ACIMA DA DÍVIDA
Lançamento Estadual do Plebiscito da Dívida Externa
de 2 a 7 de setembro de 2000
CMP-CUT-MST-PASTORAIS SOCIAIS-UEE

No dia 19 de maio, foi lançada em São Paulo a campanha do Plebiscito Nacional sobre a Dívida Externa. O evento aconteceu na Assembleia Legislativa de São Paulo, em sessão solene, por iniciativa do deputado estadual Renato Simões (PT), e contou com a participação de membros das coordenações Estadual e Nacional do Plebiscito, representantes de bairros da Capital e de municípios vizinhos que participam dos comitês da Campanha.

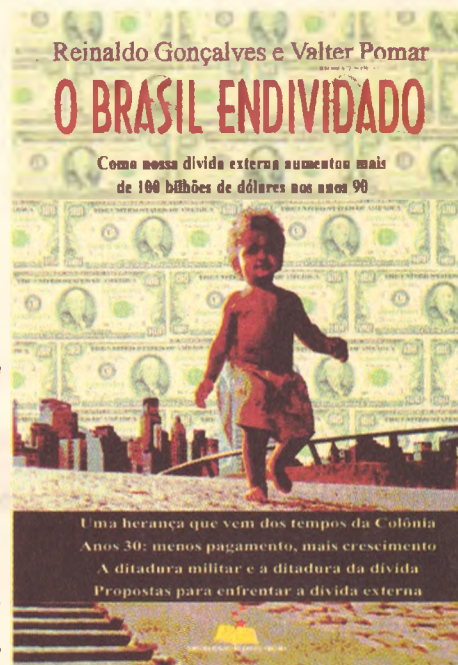
A importância da realização do Plebiscito foi salientada por Simões, que acredita ser esta uma maneira de promover o debate na sociedade e uma das formas de combater a exclusão.

No mesmo tom que o deputado petista, José Albino, da Central de Movimentos Populares e da Coordenação Estadual do Plebiscito, destacou a importância de se criar um movimento nacional que seja capaz de multiplicar os comitês no maior número de bairros e municípios.

SUBMISSÃO AO FMI

Para Pe. Luiz Bassegio, secretário executivo do Serviço Pastoral dos Migrantes, o Plebiscito deve representar o repúdio aos governantes, cuja política é feita de costas para a Nação. De acordo ele, o sucesso do Plebiscito dependerá da organização das bases. Porém, é importante estar consciente que o cancelamento da Dívida significa que os recursos enviados para o pagamento da mesma devem ser canalizados e repassados para o resgate das dívidas sociais do País. O líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), João Pedro Stedile, foi enfático ao afirmar que toda a Campanha do Plebiscito significa "não" à política do governo que se submete ao FMI.

Durante o ato, Plínio de Arruda Sampaio apresentou um histórico do endividamento externo e analisou os mecanismos que aprofundam a exclusão social no Brasil.



A Editora Fundação Perseu Abramo lançou o livro "O Brasil Endividado", que mostra como nossa dívida externa aumentou mais de 100 bilhões de

dólares nos anos 90. A publicação tem 48 páginas e custa R\$ 5,00. O livro pode ser adquirido pelo telefone (0xx11) 571-4299, ou e-mail editora@fpabramo.org.br

MAIS PUBLICAÇÕES...

Cartilha com o veredicto do Tribunal da Dívida Externa, à venda pelo telefone (0XX11) 272-0627

E já saiu o livro com os depoimentos do Tribunal, à venda pelo telefone (0XX21) 533-7891

Plebiscito na internet
www.jubileu2000.org.br

